

Controvérsias e estabilização da pílula anticoncepcional no Brasil: do malthusianismo ao pós-neomalthusianismo

Dra. Claudia Bonan Jannotti*,

Me. Tânia Maria Dias*,

Dr. Luiz Antonio da Silva Teixeira**,

Dra. Andreza Rodrigues Nakano*.

Introdução

Segundo Watkins (1998), os anticoncepcionais orais ou “pílulas anticoncepcionais” foram desenvolvidos nos Estados Unidos da América (EUA), ao longo da década de 1950, e comercializados a partir de 1960. O advento de novos métodos de controle da fecundidade, na década de 1960, é coetâneo do debate internacional sobre a “crise demográfica” e do neomalthusianismo. (Watkins, 1998); (Marks, 2001); (Oudshoorn, 1990).

De acordo com Pedro (2003), a pílula anticoncepcional chegou no Brasil em 1962, num contexto de discussões sobre as noções de “planejamento familiar” e “controle demográfico” e de pressões para que o Estado brasileiro assumisse políticas com metas de crescimento populacional (aproveitando a oportunidade que novos métodos como a pílula anticoncepcional e dispositivo intrauterino (DIU) proporcionavam). Os contraceptivos hormonais orais foram motores de muitos conflitos nas duas primeiras décadas de sua introdução no país, provocando o surgimento de controvérsias e disputas que, em seu desenrolar histórico, impulsionaram mudanças em normas sociais e padrões de interações

* Instituto Nacional de Saúde da Mulher e da Criança Fernandes Figueira-IFF/FIOCRUZ

** Instituto Nacional de Saúde da Mulher e da Criança Fernandes Figueira-IFF/FIOCRUZ e Casa de Oswaldo Cruz-COC/FIOCRUZ



preexistentes, em várias esferas da vida social. (Costa, 2009; Sobrinho, 1993; Alves et AL, 2004).

Essa pesquisa¹ teve como objeto o debate social sobre contraceptivos hormonais orais, nas primeiras décadas de sua difusão, visando compreender o processo de estabilização dessas tecnologias de contracepção. Nas décadas de 1960 e 1970, os meios de comunicação, inclusive a imprensa escrita, foram importantes veículos dessas discussões. Variados aspectos relacionados às novas tecnologias contraceptivas - eficácia, efeitos colaterais, dosagens ideais, consequências sociais e morais, prescrição e acompanhamento médico, regulamentação da venda, papel nas políticas públicas - estiveram presentes nas pautas dos jornais. Segundo Pedro (Pedro, 2003), a imprensa desempenhou um importante papel na difusão das pílulas anticoncepcionais no país. Desse modo, elegemos analisar o debate social sobre as pílulas anticoncepcionais veiculados em um jornal de grande circulação nacional, *O Globo*, nas décadas de 1960 e 1970. O objetivo geral foi analisar e compreender como ocorreu a estabilização das pílulas anticoncepcionais no Brasil, por meio da construção da ideia de um produto seguro, eficaz e oportuno. Buscamos mapear os principais atores envolvidos, rastrear as controvérsias e analisar as visões sociais das pílulas anticoncepcionais e os posicionamentos e deslocamentos dos diversos atores nas redes de associações estabelecidas necessárias para a estabilização das pílulas anticoncepcionais como método contraceptivo.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo qualitativo com enfoque sócio-histórico, o qual teve como fonte matérias publicadas sobre as pílulas anticoncepcionais no jornal *O Globo*, nas décadas de 1960 e 1970. O recorte temporal do estudo compreendeu as matérias publicadas entre 01 de janeiro de 1960 e 31 de dezembro de 1979. Nesses anos, o tema foi objeto de um intenso debate social, sendo este um período de controvérsias e também da formação de inúmeras redes de associações entre os atores envolvidos, que possibilitou a estabilização das pílulas anticoncepcionais no Brasil. O jornal *O Globo* foi escolhido por ser um diário de grande circulação nacional e devido a sua grande influência no debate político do país. Além disso,

¹ Trata-se de um estudo desenvolvido no âmbito de um mestrado da autora Tânia Maria Dias em saúde coletiva concluído em março de 2015, que provocou o desdobramento de questões de pesquisa e o seu ingresso no doutorado na mesma instituição.

havia a facilidade de acesso às matérias publicadas daquela época, em função da disponibilização online do acervo completo, desde 2013.

As matérias jornalísticas foram coletadas no site <http://oglobo.globo.com/> por uma bolsista do projeto de pesquisa “Indústria Farmacêutica, Médicos e Estado: a trajetória dos contraceptivos hormonais no Brasil”, de posse de uma assinatura do jornal com a disponibilização de senha. O descritor utilizado nas buscas foi “*pílula*”. Levantamos inicialmente 955 matérias. Como critério de inclusão no estudo, as matérias deveriam versar sobre produtos farmacêuticos hormonais de administração oral, simples ou combinados, usados regularmente para fins contraceptivos. Como critério de exclusão, estabelecemos que fossem descartadas do estudo as matérias jornalísticas que versavam sobre outros métodos contraceptivos. Nesse sentido, excluímos 199 matérias, por terem como tema principal métodos como a pílula do dia seguinte, a pílula masculina, os injetáveis, as vacinas contra a gravidez, os implantes hormonais e outras. Finalmente, 756 matérias compuseram o material a ser analisado.

Numa primeira etapa, realizamos leituras flutuantes do material para assimilação das primeiras impressões dos textos, e também para exclusão daqueles em que o descritor havia sido empregado não com o significado de anticoncepcional oral.

Em uma segunda etapa, com um acervo de 756 matérias, realizamos uma análise descritiva de cada uma delas. Procedemos a uma sistematização das informações principais em uma ficha padronizada produzida especialmente para a análise do material, que inclui os seguintes itens: o título da matéria, a data de publicação, o gênero informativo, os autores da matéria, os atores/fontes/personagens e os principais temas e discussões, argumentos e visões.

Por fim, exploramos o conjunto de discussões, argumentos e visões sobre as pílulas, os quais foram delimitados e distribuídos em eixos analíticos pré-estabelecidos, de acordo com leituras prévias sobre o assunto, no projeto de pesquisa: segurança, eficácia e oportunidade. Na última etapa, trabalhamos o material, com uma combinação de técnicas de análise de conteúdo temático, análise de discurso e da análise narrativa. Com a análise de conteúdo temático exploramos os núcleos de sentido que permearam o debate social sobre as pílulas anticoncepcionais e contribuíram para a sua estabilização. A análise de discursos de distintos atores nos permitiu examinar a produção dos argumentos, as figuras retóricas, os interlocutores evocados, as estratégias para comunicar e disseminar para um público amplo as

mensagens e estabelecer alianças ou refutar pontos de vista e argumentos adversários. E, por fim, a técnica de análise narrativa nos permitiu compreender como os enredos sobre as pílulas anticoncepcionais foram construídos e como contribuíram para a ideia de um produto seguro, eficaz e oportuno. (Minayo, 2013)

Os eixos dos debates sobre a pílula anticoncepcional no jornal: a segurança, a eficácia e a oportunidade

Entre os atores que mais frequentemente estiveram presentes no acirrado debate entre defensores e detratores dessas novas tecnologias de regulação de fecundidade destacamos: os médicos, Igreja Católica, os parlamentares, as autoridades públicas e representantes de entidades privadas de planejamento familiar. Os principais eixos de debate encontrados nas matérias jornalísticas foram sobre a eficácia, a segurança e a oportunidade (ou não) das pílulas anticoncepcionais para o país.

A discussão sobre a eficácia das pílulas anticoncepcionais embora presente nas páginas do jornal não geraram controvérsias. Em todo o período estudado houve a difusão do discurso das pílulas anticoncepcionais como método contraceptivo mais eficaz existente. Embora as discussões sobre a eficácia tenham um papel importante na aceitabilidade, credibilidade e difusão das pílulas anticoncepcionais, não foram motor das controvérsias que impulsionaram a reconfiguração da rede de associações necessária para a estabilização desse novo método contraceptivo no país.

As discussões brasileiras sobre a segurança desses compostos hormonais e possíveis riscos à saúde feminina foram mais polêmicas e acompanharam os debates norte-americanos e europeus. As principais controvérsias internacionais que repercutiram nacionalmente em torno da segurança das pílulas estiveram centradas nos riscos de doenças graves e fatais, como câncer de mama, tromboembolismo e problemas cardiovasculares. A falta de consenso entre médicos e cientistas sobre a relação de causalidade entre os contraceptivos hormonais e essas doenças promoveram a flutuação de matérias favoráveis e contrárias as pílulas anticoncepcionais, acirrando o debate sobre a segurança desse método contraceptivo.

Ao mesmo tempo havia um debate com características nacionais que incutia a ideia de que os efeitos colaterais como náuseas, dores de cabeça, ganho de peso, retenção hídrica e sangramentos eram temporários e de pouca importância e, portanto não apresentavam sérios riscos à saúde feminina, favorecendo o grupo dos defensores das pílulas anticoncepcionais.

A ausência de consonância sobre a segurança das pílulas anticoncepcionais não freou a sua difusão e nem a sua estabilização. Ao contrário, as discussões sobre a segurança fomentaram o processo de regulamentação das pílulas anticoncepcionais, na medida em que convocavam o Estado brasileiro a desempenhar seu papel na regulação desses novos medicamentos, por meio de portarias que regulamentavam a venda sob prescrição médica e também arrastavam outros órgãos que regulavam a profissão médica (conselhos de medicina e associações de ginecologistas) para o campo das práticas regulatórias e pouco a pouco novos protocolos clínicos de prescrição e sistematização de informações sobre os contraceptivos hormonais orais foram sendo introduzidos, conferindo um efeito positivo de credibilidade em relação a segurança das pílulas anticoncepcionais. Além disso, as discussões em torno da segurança também desempenharam papel importante no processo de medicalização ao potencializar a aproximação dos médicos com essas novas tecnologias, na medida em que os discursos incutiam a ideia de maior segurança ao uso das pílulas anticoncepcionais sob orientação e acompanhamento médico. Em defesa das pílulas anticoncepcionais também havia o discurso do aprimoramento dos novos produtos que inspiravam credibilidade e aceitabilidade já que, para seus defensores, esses problemas seriam contornados com o tempo.

Enquanto o debate sobre a segurança das pílulas anticoncepcionais foi principalmente inspirado em debates internacionais, os debates sobre as oportunidades ou não dos contraceptivos hormonais orais tiveram características próprias e próximas das discussões internas de países em desenvolvimento. Durante todo o período analisado o debate sobre as oportunidades ou não das pílulas anticoncepcionais foi controverso e acirrado colocando em campos opostos aqueles que defendiam as vantagens e benefícios e os detratores das novas tecnologias contraceptivas.

Os principais eixos de discussão sobre as oportunidades ou não das pílulas foram: o papel no enfrentamento de problemas socioeconômicos e da “crise demográfica” e dos problemas sanitários, como mortalidade materna e “aborto criminoso”, seus impactos no

plano dos valores morais e religiosos, seus significados políticos e estratégicos e, em menor proporção os benefícios de suas potencialidades terapêuticas.

O debate em torno das oportunidades das pílulas como parte da solução dos problemas sanitários, como alta taxa de mortalidade materna e alta taxa de “abortos criminosos” rebatia os detratores dos contraceptivos hormonais orais na medida que suscitavam a ideia que “a pílula anticoncepcional era um mal necessário” e que os benefícios – diminuição dos riscos de uma gravidez indesejada e também a potencialidade de seus usos terapêuticos- superavam os possíveis riscos para a saúde feminina.

A pílula como um método contraceptivo: presenças e ausências que confluíram para a sua estabilização

Durante o período analisado foi insignificante a presença nas páginas do jornal de discussões sobre direitos e liberdades no campo da sexualidade e da reprodução, embora saibamos que a partir da segunda metade da década de 1970, os movimentos sociais – negros, mulheres e sanitaristas - começaram a se reorganizar e tiveram um papel importante na reformulação do debate sobre população, desenvolvimento e fecundidade para uma perspectiva de direitos à saúde. (Carvalho, 2001); (Diniz, 2012).

Na década de 1960 e início da década de 1970, os argumentos fortemente neomalthusianos induziam as ideias de conveniência para o país de uma taxa de natalidade menos acelerada e da necessidade de planejamento da prole pelas famílias, criando uma interface de diálogo entre atores heterogêneos. Mesmo a Igreja Católica, opositora das pílulas anticoncepcionais, se aproximou dessas ideias e, com a proposta de uma “paternidade responsável”, aceitou em algum grau as premissas do debate sobre população e desenvolvimento.

Na segunda metade da década de 1970, o Estado brasileiro, que inicialmente havia entrado no debate pela via da segurança garantindo a regulamentação das pílulas anticoncepcionais, se posicionou e interviu nas controvérsias sobre as oportunidades das pílulas anticoncepcionais assumindo um importante papel na sua estabilização. Nesse período

percebemos mudanças significativas nos debates sobre as pílulas anticoncepcionais e o planejamento familiar com o deslocamento do centro das discussões dos pressupostos neomalthusianos do debate internacional sobre população e desenvolvimento (sem abandoná-lo totalmente) para uma perspectiva pós-neomalthusiana que articulava saúde-direitos-deveres. Enraizada na cultura material da assistência à contracepção que chega aos dias de hoje, essa perspectiva se fundava na lógica dual: a) prerrogativa/direito dos casais/famílias de decidirem sobre a prole e b) responsabilidade moral e cívica dos mesmos de não terem um número de filhos “que não possam criar”. (Sanabria, 2010).

O advento de novos métodos de controle da fecundidade, na década de 1960, em meio a inúmeras controvérsias e disputas sobre a regulação social da reprodução e o papel dessas novas tecnologias promoveram a remodelação do debate médico e social em torno da temática que articulava saúde da mulher, sexualidade e direitos reprodutivos e pouco a pouco possibilitaram o advento de novos sentidos aproximando o planejamento familiar das questões de saúde pública, justiça social e direitos igualitários de acesso. No sentido latouriano (Latour, 2000), novas associações, interações, posicionamentos e reposicionamentos entre diferentes atores, como autoridades do Estado e da Igreja Católica, médicos e alguns outros, permitiram o desenvolvimento de um sentido único em torno da oportunidade dessas novas tecnologias contraceptivas ensejando a estabilização das pílulas anticoncepcionais em nosso país.

Essas reorganizações das associações e dos posicionamentos em torno das pílulas anticoncepcionais dos anos de 1970 permitiram que as discussões iniciadas na década de 1960 comessem a se estabilizar na soleira da década de 1980. A última metade dos anos setenta marcou o início de um processo de mudanças dos termos do debate sobre política de reprodução humana que viria se desenrolar nos períodos seguintes. As questões relativas aos direitos das mulheres à saúde, a uma assistência integral, e às decisões reprodutivas, no contexto da reorganização dos movimentos sociais e das lutas pela redemocratização do país, ganharam destaque culminando com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, marco na construção de uma política pública de assistência à contracepção no Brasil, de caráter inédito e progressista diante das políticas públicas existentes até o momento. (Scavone, 2000).

Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As políticas populacionais e os direitos reprodutivos: "o choque de civilizações" versus progressos civilizatórios.** In: Dez anos do Cairo: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil. Organizadores: CAETANO, André Junqueira, ALVES, José Eustáquio Diniz e CORRÊA, Sônia. Campinas: Abep e UNFPA, 2004, p. 21-47.

CARVALHO, Maristela Moreira de. **Sexualidade, controle e constituição de sujeitos:** a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). Esboços- Revista Programa Pós-graduação em História UFSC. 2001; 9(9): p. 159-180.

COSTA, Ana Maria. **Planejamento familiar no Brasil.** Revista Bioética, Vol. 4, No 2, 2009.

DINIZ, Débora. **Três Gerações de Mulheres.** In: Nova História Das Mulheres No Brasil. Organizadores: PEDRO, Joana Maria; Pinsky, Carla Bassanezi. São Paulo: Editora Contexto; 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência e Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Unesp; 2000.

MARKS, Lara. **Sexual Chemistry: A History of the Contraceptive Pill.** EUA: Copyright; 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio Do Conhecimento Pesquisa Qualitativa Em Saúde.** 13ª edição. São Paulo: HUCITEC; 2013.

OUDSHOORN, Nelly. **On the making of sex hormones: research materials and the production of knowledge.** *Soc Stud Sci.* 1990; 20(1): 5-33.

PEDRO, Maria Joana. **A Experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração.** *Rev Bras História.* 2003; 23 (45): 239-260.

SANABRIA, Emilia. **From Sub - to Super -Citizenship: Sex Hormones and the Body Politic in Brazil.** *Ethnos*. 2010; 75 (4): 377-401.

SCAVONE, Lucila. **Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero.** Estudos de Sociologia, v. 5, n. 9 (2000).

SOBRINHO, Délcio Fonseca. **Estado E População: Uma História Do Planejamento Familiar No Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1993.

WATKINS, Elizabeth Siegel. **On The Pill: A Social History of Oral Contraceptives 1950-1970.** EUA: The Johns Hopkins University Press, 1998.